

CONSTITUINTE

Mais um dia sem votações por falta de quórum mínimo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Por falta de quórum a sessão de ontem da Assembleia Constituinte foi suspensa quando ainda faltavam mais de duas horas para seu término.

Pontualmente às 14,30 horas foram abertos os trabalhos com a presença de 139 constituintes. Pouco antes das 16,30 horas, atendendo a pedido para verificação de quórum, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães constatou que apenas 159 constituintes estavam em plenário. Mesmo com a falta de quórum que se verificou desde quinta-feira, o que tem impedido qualquer votação, Ulysses Guimarães manteve a convocação para sessões hoje e amanhã.

Nesses últimos dias tem havido reuniões entre os grupos suprapartidários e lideranças para se tentar um acordo em torno das emendas que serão apresentadas sobre o sistema de governo, votado no último dia 22, terça-feira.

Hoje, às 11 horas, as lideranças se reúnem no gabinete do deputado Ulysses Guimarães para mais uma tentativa. Os constituintes presidencialistas como Valdo Barbosa (PDT-RJ) e o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) relutam em aceitar a proposta do deputado Manoel Moreira,

NOVO PARTIDO — O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) declarou ontem, em entrevista na Assembleia Legislativa, que a nova agremiação a ser criada pelos dissidentes que abandonaram o PMDB, de linha social-democrata, "será uma demonstração de nossa intenção de resistir à erosão que tomou conta da política em Minas Gerais e no Brasil". EBN.

que cria a figura do primeiro-ministro coordenador. Também ainda não há acordo sobre qual o quórum necessário para aprovação da moção de censura a ministro de estado. O texto aprovado exige a concordância de dois terços do Congresso e a emenda do deputado Eduardo Bonfim reduz esse número para maioria absoluta.

Mesmo que as negociações tenham sucesso, qualquer decisão só deverá ser tomada na próxima terça-feira, após os feriados da semana santa, quando se espera o retorno dos constituintes à capital federal.

O não comparecimento sistemático de muitos constituintes às sessões tem acarretado o surgimento de propostas punitivas aos faltosos. Já existem projetos de resolução propondo que a ausência seguida a cinco sessões resulte na convocação do suplente e outras requerendo a suspensão do pagamento da parte variável dos vencimentos dos constituintes faltosos.

Ontem, a deputada Sandra Cavalcanti requereu ao deputado Ulysses Guimarães que a mesa da Constituinte apresente um projeto de decisão reduzindo para a maioria simples dos presentes o quórum necessário para a aprovação do texto constitucional.

A deputada justifica seu pedido afirmando que "é preciso saber quem quer e quem não quer terminar a Constituição". Segundo ela, a falta de quórum, que retarda o término da elaboração da futura carta dá margem a manobras "daqueles interessados em adiar a definição do mandato do presidente Sarney, inviabilizando, inclusive, a realização de eleições neste ano".

Lyra e Cristina Tavares oficializam a saída do PMDB

por Cecília Pires de Brasília

Sem quórum para votação, a Constituinte dedicou-se ontem a assistir a sangria do PMDB, com discursos que oficializaram a saída de mais dois deputados do partido: o ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, e Cristina Tavares, ambos de Pernambuco. A rachadura do partido prosseguiu ontem, ainda, do lado de fora do plenário, com as articulações do grupo dos "históricos", que lançarão um manifesto a qualquer momento, criando o bloco partidário da dissidência.

Fernando Lyra bateu duro no governo que ajudou a formar e referiu-se à aprovação do presidencialismo com cinco anos de mandato como "um retrocesso institucional e político", e não poupou o PMDB.

"Inchado pelo adesismo, faz vista grossa aos corruptos e corruptores que o maculam e, deliberadamente, trabalham pela sua implosão. Em troca de dinheiro, muito dinheiro, dinheiro do povo, ao lado dos aliados da ditadura de ontem, membros desta Casa alugaram consciências, traíram princípios e o próprio povo, votando pelos cinco anos de mandato. Isto tudo sob a batuta do palácio e o olhar complacente da cúpula do PMDB."

A deputada Cristina Tavares atacou o governo e o presidente da República, que, segundo ela, "não hesitará, para prorrogar o seu mandato, contra a von-

tade expressa da Nação, em utilizar expediente golpista". Cristina acusou ainda mecanismos de intimidação na Constituinte: "Militares, ministros civis e governadores transformaram a Assembleia Nacional Constituinte em um balcão de negócios escusos. Tudo isso se faz com o apoio explícito do PMDB, da sua maioria adesaista e fisiológica e da direção partidária". Segundo Cristina, "a nossa divergência básica com o governo Sarney e, agora, com o PMDB é o sentimento de que fomos traídos. De que tudo em volta apodrece, tocado pelo rei Midas".

O presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, assistiu aos discursos e saiu em seguida, afirmando que a saída de parlamentares do PMDB "é sempre dolorosa". Afirmando discordar das colocações do deputado Fernando Lyra, que atingiram diretamente a cúpula do partido, e não usou de nenhuma sutileza para sugerir que os parlamentares "mamaram" no partido para se eleger.

"O PMDB tem sido uma mãe para todos nós, inclusive para mim. Eu cheguei a dizer, numa linguagem mais pitoresca e vulgar, que ele é uma vaca leiteira. Sempre nos deu a legenda, nos deu os votos que superavam não só a mim, mas também a outros companheiros, o contingente pessoal: os votos da legenda para que se elegeassem. Entendo que, numa hora difícil como essa, devemos



Cristina Tavares

estar solidários com o partido e esperar atravessar este túnel de dificuldades", concluiu.

As principais lideranças do grupo dos "históricos", como os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa, pretendem formalizar a dissidência através de um bloco partidário. Assim, 23 senadores — pouco mais da metade da bancada pemedebista no Senado — já assinaram o rompimento de constituição do bloco dissidente, propondo o rompimento com o governo e a luta pelas eleições presidenciais neste ano.

COLETA DE ASSINATURAS

Na Câmara, a coleta de assinaturas começa hoje, e Ulysses foi comunicado ontem, oficialmente, pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), vice-líder na Constituinte, da decisão de formalizar o bloco. Scalco afirmou ontem que o grupo deseja "resgatar a luta do PMDB e fixar posição para eventuais atitudes que po-

deremos tomar", admitiu, referindo-se à formação do novo partido. Fernando Lyra e Cristina Tavares vão permanecer sem legenda, aguardando a decisão da nova sigla, que poderá sair somente depois dos trabalhos da Constituinte. Cristina admitiu que, se o novo partido não sair tão já, poderá alistar-se no PSB.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, tem sido uma das lideranças dos "históricos" mais discretas quanto à possibilidade de saída do partido. Seus aliados políticos explicam que Covas não poderá abandonar a liderança do partido na Constituinte, sob o risco de levar à derrubada das conquistas sociais feitas até agora no primeiro turno. Covas, que já assinou o documento, esquivou-se até mesmo de confirmar se endossou ou não o documento.

QUATRO ANOS

"Se o documento fala em romper com Sarney, gosto do documento. Se fala em quatro anos de mandato, gosto mais ainda", respondeu, irônico. Sob a possibilidade de ver a Constituinte votar pelos quatro anos de mandato nas Disposições Transitórias, o senador disse, ferino: "Contaremos com as declarações do presidente Sarney, como ocorreu durante a votação do tema na Comissão de Sistematização. Na época, ele disse que quem votasse pelos quatro anos estaria traíndo o governo, e deu quatro anos", concluiu.

Pires pode comandar campanha

por Paulo de Alencar de Salvador

O governador da Bahia, Waldir Pires, deverá reunir hoje a sua bancada na Assembleia Legislativa, composta por 42 deputados do PMDB, PDC, PDTE PC do B, de um total de 63 par-

lamentares, para responder se aceita possuir a liderança de um movimento nacional por eleições presidenciais diretas neste ano. O convite foi formulado pela bancada federal do PMDB baiano na Assembleia Nacional Constituinte, na quarta-feira da semana passada, após a votação que fixou em cinco anos o mandato dos futuros presidentes.

"Minha preocupação não é de natureza exclusivamente política, mas, sobretudo, econômica e social. O PMDB assumiu em praça pública compromissos no sentido de consolidar a democracia e realizar reformas sociais profundas", afirmou Pires, ontem, durante entrevista coletiva. No seu entender, o PMDB deveria encetar uma ampla campanha de mobilização popular por eleições diretas em 1988, pois "este era o compromisso de Tancredo Neves e também de José Sarney, ao enviar

mensagem ao Congresso propondo diretas".

Perguntado se o PMDB teria condições de lançar ofensiva para assegurar eleições para presidente ainda neste ano, em face das fissuras internas que as votações do sistema de governo e do mandato presidencial se incumbiram de aprofundar, o governador da Bahia lembrou que, no início da campanha das diretas já, em 1984, essas mesmas condições não existiam. "E preciso convocar o povo. O povo quer votar e mudar a atual situação econômica e social."

Pires acredita que o PMDB deverá reafirmar os seus compromissos. "O PMDB, até sua convenção nacional, terá a opção de resgatar os seus compromissos partidários e de cumprir ou não os seus programas fundamentais", argumentou. O governador baiano considera que as pessoas que não concorda-

rem em seguir o programa partidário do PMDB devem sair ou, então, assumir o seu comando. Neste último caso, segundo ele, "o PMDB morreria, pois o seu caminho não é o da direita, mas sim o do centro para a esquerda".

O governador da Bahia, ainda nesta semana, reunirá o seu secretariado para adotar medidas de rígido controle nas finanças públicas, com vistas a reduzir o impacto de possíveis retaliações do governo federal, devido ao seu posicionamento em favor de quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. "Não peço nada em meu nome pessoal, mas cobro os deveres da União com o estado", resumiu.

Fogaça sugere criação de grupo para alterações

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O texto constitucional já aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte precisa ser alterado para adequar-se ao sistema presidencialista de governo. A informação foi dada ontem em Porto Alegre pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos integrantes da equipe de sub-relatores da Constituinte. Ele lembrou que o texto foi aprovado prevendo um sistema parlamentarista de governo e, se aplicado ao sistema presidencialista, "o País ficaria ingovernável".

A sugestão do senador gaúcho não atrasaria os trabalhos da Constituinte, pois, conforme ele declarou em entrevista coletiva, ontem, "basta nomear um grupo de trabalho que se encarregaria de fazer as alterações, enquanto a votação dos itens ainda pendentes seguiria seu ritmo normal". José Fogaça comentou o atual receso na Constituinte, classificando-o como "consequência do que houve naquela terça-feira da votação do sistema de governo".

AGENDA

Nova Carta não ficará pronta na data prevista

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Não existe possibilidade de a Constituição ficar pronta até o próximo dia 21. A afirmação é de vários constituintes ouvidos por este jornal.

Essa data foi escolhida pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que tentou nas últimas semanas tornar sua proposta uma realidade.

Apesar dos esforços, que não foram poucos — convocação de sessões extraordinárias, incentivo para a concretização de acordos e pedidos pessoais aos constituintes —, os fatos põem por terra o sonho do presidente da Constituinte.

Desde o início da votação em plenário do projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, há três meses, somente foram

aprovados 90 dos 334 artigos do projeto constitucional.

Nesse período os trabalhos foram suspensos vários dias devido à ocorrência de impasses como a mudança de regimento, a falta de acordo sobre temas polêmicos, entre eles a estabilidade garantida no emprego e o direito de propriedade, além do próprio sistema de governo.

Os prognósticos mais otimistas apontam junho; os pessimistas chegam a dezembro. Dia certo, porém, ninguém arrisca.

De qualquer forma, ainda é preciso decidir sobre vários temas polêmicos contidos nos capítulos da ordem econômica e social, como conceito de empresa nacional, reforma agrária, educação, saúde, além da definição do mandato do presidente José Sarney.